

# TICs, Dados e Segurança Pública

## Proponente

### Nome do(a) proponente

Paulo José Olivier Moreira Lara

### Estado

SP

### Organização

ARTIGO 19

### Setor

Terceiro setor

## Co-Proponente

### Nome do(a) co-proponente

Laura Tresca

### Estado do(a) co-proponente

SP

### Organização

ARTIGO 19

### Setor do(a) co-proponente

Terceiro setor

## Formato do workshop

### Formato

Painel

### Outros

## Resumo do workshop

Nos últimos meses, o Brasil vivenciou uma série de iniciativas de uso de tecnologias de vigilância para combater práticas criminosas, como a implantação de câmeras no Carnaval do Rio de Janeiro e a ativação do Centro Integrado de Inteligência de Segurança Pública no Paraná, tornando-se evidente o protagonismo das TICs dentro dos órgãos de segurança pública. Nesse sentido, esta sessão visa a debater os impactos da utilização de aparatos de vigilância para liberdade de expressão nesse contexto.

## Objetivos e conteúdos do workshop

Este workshop pretende reunir profissionais de diferentes regiões do país, setores da economia e áreas de formação para discutir a utilização de tecnologias de vigilância, como reconhecimento facial, coleta de DNA e quebra do sigilo das comunicações, pelo setor público para fins de garantia da segurança pública e combate ao crime.

A sessão irá tratar de duas questões principais que são centrais na discussão.

A primeira diz respeito aos impactos desse tipo de tecnologia na condução de investigações e perseguições criminais, bem como a consequência de seu uso massivo por parte de autoridades públicas de segurança pública para os direitos à intimidade, vida privada,

sigilo das comunicações e proteção de dados.

Dentro desta primeira questão, também destaca-se o debate sobre o impacto da massificação dos aparatos de vigilância possibilitados pelas tecnologias de comunicação e informação para a liberdade de expressão e de reivindicação de direitos por parte de movimentos sociais e grupos políticos.

A segunda reflexão a ser colocada pela sessão diz respeito à importância de existência de mecanismos de transparência, prestação de contas e auditoria satisfatórios para a utilização dessas tecnologias por autoridades policiais e órgãos de segurança pública.

Nesse contexto, a proposta visa a ouvir as percepções tidas pelos diferentes setores presentes na mesa de debate quanto ao atual cenário de transparência em relação à implementação de aparatos de vigilância para combate ao crime.

Além disso, a sessão também objetiva a disseminação deste debate no ecossistema de governança da Internet no Brasil para que indivíduos de diferentes regiões e setores possam estar inteirados do estado da arte da referida discussão no país.

### **Relevância do tema para a Governança da Internet**

Nos últimos meses, o Brasil presenciou a elaboração de uma série de iniciativas para aumento do uso dos aparatos de vigilância baseados em tecnologias da informação e comunicação por parte de organismos da segurança pública e do poder legislativo para combate ao crime.

No Carnaval de 2019, por exemplo, foram instaladas câmeras com tecnologia de reconhecimento facial para identificação de criminosos nas ruas do Rio de Janeiro. Ainda em âmbito administrativo, houve a inauguração do Centro Integrado de Inteligência de Segurança Pública Regional Sul em Curitiba no mês de maio, que visa à integração de estratégias de inteligência de treze órgãos de segurança pública e de mais de 70 bases de dados disponibilizados pelas agências participantes.

Já na esfera legislativa, o Congresso Nacional conta atualmente com 19 projetos em tramitação que visam a combater práticas terroristas no país, dentre os quais 6 são referentes ao ano de 2019, sendo que a maioria deles objetiva a flexibilização das garantias constitucionais para agravamento das medidas punitivas e permissão para utilização de aparatos de violação do sigilo das comunicações. Além disso, o Pacote anticrime, recentemente proposto pelo atual Ministro da Justiça, contém diversos dispositivos que objetivam à utilização de medidas tecnológicas para a identificação de indivíduos, interceptação telefônica e quebra do sigilo de dados.

Tendo em vista este contexto, é evidente a importância do presente debate para a Governança da Internet, tendo em vista tanto as questões relativas aos direitos individuais dos cidadãos, como a privacidade e a liberdade de expressão, quanto debates mais amplos sobre transparência, prestação de contas e responsabilidade por parte do setor público.

### **Forma de participação dos(as) palestrantes**

O workshop será dividido em três blocos principais. O primeiro consistirá em uma breve apresentação e introdução ao tema, as quais serão distribuídas nos 15 minutos iniciais.

O segundo bloco, de 35 minutos, terá como base uma pergunta orientadora e as apresentações de dois dos painelistas, que mostrarão a intersecção de seu trabalho com os temas debatidos.

O terceiro e último bloco, também de 35 minutos, seguirá os mesmos moldes da primeira rodada de perguntas, com respostas dos painelistas restantes e participação da audiência.

Programação:

1º BLOCO:

Abertura e apresentação - 5 minutos

Breve introdução ao tema a ser discutido - 10 minutos

2º BLOCO:

Painelista setor público - 10 minutos

Painelista academia - 10 minutos

Audiência - 15 minutos

3º BLOCO:

Painelista sociedade civil- 10 minutos

Painelista setor privado - 10 minutos

Participantes - 15 minutos

Agradecimentos e fechamento - 5 minutos

### **Engajamento da audiência presencial e remota**

Haverá dois blocos do workshop dedicados exclusivamente à participação da audiência, que consistirão em um momento para a formulação de perguntas e comentários acerca das considerações feitas pelos palestrantes.

Os blocos também contarão com a participação de audiência remota, que será incluída por meio do sistema de participação remota possibilitada pelos organizadores do Fórum da Internet no Brasil.

Além das formas de participação já mencionadas, a ARTIGO 19 promoverá possibilidade de engajamento por meio de suas redes sociais, de modo que os palestrantes, a audiência e os participantes online possam discutir o tema da audiência em espaços não presenciais.

Todas as perguntas, respostas e intervenções nas redes sociais serão integradas ao relatório do workshop, de modo a incluir todos os tipos de participação e tornar a proposta mais inclusiva.

### **Resultados pretendidos**

O primeiro consiste na discussão, em alto nível e de forma multissetorial, do atual cenário de vigilância por parte de autoridades policiais, levando em conta todas as transformações sociais que isso pode trazer para a defesa de direitos fundamentais, bem como para o respeito a diretrizes de transparência e prestação de contas.

O segundo eixo é o de engajamento, tanto da audiência remota quanto da presencial, de modo que os participantes possam não apenas ingressar na discussão proposta, mas também disseminar o debate e os pontos de vista presenciados em outros espaços de discussão.

### **Relação com os princípios do Decálogo do CGI.br**

Ambiente legal e regulatório

#### **Temas do workshop**

Privacidade e proteção de dados

Questões legais e regulatórias

Cibercrimes

## **Participantes**

### **Palestrante: Paulo Teixeira**

<b>UF</b>	DF
<b>Organização</b>	Câmara dos Deputados
<b>Setor</b>	Governamental

#### **Mini biografia**

É mestre em Direito do Estado pela USP. Vice-presidente do PT, foi subprefeito de São Miguel Paulista no governo Luiza Erundina (1989-1992) e secretário municipal de Habitação na gestão de Marta Suplicy (2001-2004). Foi duas vezes deputado estadual e uma vez vereador.

### **Palestrante: Janér Tesch Hosken Alvarenga**

<b>UF</b>	DF
<b>Organização</b>	Abin
<b>Setor</b>	Comunidade Científica e Tecnológica

#### **Mini biografia**

O Oficial de Inteligência Janér Tesch Hosken Alvarenga é natural do Rio de Janeiro/RJ e bacharel em Matemática, pelo Centro de Ensino Unificado de Brasília (Ceub). Ingressou na atividade de Inteligência em 1984 e ocupa o cargo de Oficial de Inteligência Classe Especial nas carreiras da ABIN e no Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSIPR).

### **Palestrante: Veridiana Alimonti**

<b>UF</b>	SP
<b>Organização</b>	Electronic Frontier Foundation
<b>Setor</b>	Terceiro Setor

#### **Mini biografia**

Advogada, trabalhou no IDEC e é membra do intervozes. É coordenadora da EFF para a América Latina.

**Palestrante: Luisa Rondell**

**UF** MG  
**Organização** ALGAR TECNOLOGIA  
**Setor** Empresarial  
**Mini biografia**  
Diretora de políticas da Algar Telecom

**Relator(a): Juliana Novaes**

**UF** SP  
**Organização** ARTIGO19  
**Setor** Terceiro Setor  
**Mini biografia**  
Estudante de direito e estagiária de direitos digitais na ARTIGO 19

**Moderador(a): Paulo José Lara**

**UF** SP  
**Organização** ARTIGO19  
**Setor** Terceiro Setor  
**Mini biografia**  
Sociólogo e Cientista Político, é assessor de direitos digitais da ARTIGO19